

UMA ECONOMIA DE DECADÊNCIA: OS NÍVEIS DE RIQUEZA NA CAPITANIA DE SÃO PAULO, 1765/67

Alice P. Canabrava*

O objetivo deste trabalho consiste em estudar os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, no meado do século XVIII, em fase de profunda decadência. Além do interesse em conhecer os níveis de riqueza, conferindo dimensões quantitativas ao fenômeno da decadência, estas permitem estabelecer planos de comparatividade com os níveis de acumulação de riqueza proporcionados mais tarde, na mesma capitania, primeiramente graças à produção açucareira e depois à do café.

Os dados empíricos procedem dos recenseamentos realizados no governo de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, morgado de Mateus, conforme consta das ordens transmitidas em 30 de julho de 1765 aos capitães-mores de 10 vilas da capitania.¹ Posteriormente, outras vilas e freguesias foram objeto do mesmo tipo de registro.² Dispomos, deste modo, de 20

* Da Faculdade de Economia e Administração da USP. Agradecemos ao diretor científico do IPE, Affonso Celso Pastore, o apoio dado à elaboração desta pesquisa.

¹ Ofício circular aos capitães-mores, 30-7-1765 e ofício do Conde de Oeiras, 2-8-1765. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v. 72, p. 27-8, 45. Abreviatura adotada quanto ao nome desta coleção nas notas subseqüentes: *DI*. Como o presente estudo tem por base, principalmente, a correspondência do Morgado de Mateus, somente daremos indicação da autoria, quando se tratar de outros signatários.

² A freguesia correspondia ao grau inferior na hierarquia administrativa dos centros de povoamento; subordinava-se às vilas.

recenseamentos, com respeito aos níveis de riqueza da população da capitania de São Paulo, os quais são objeto do presente estudo. Alguns recenseamentos devem ter-se perdido, outros não puderam ser utilizados pela insuficiência de dados.³

Os motivos quanto à tomada de informação com referência à riqueza dos habitantes da capitania prendem-se a interesses de natureza militar. Não destoam do espírito dominante que inspira, de modo geral, os levantamentos de população realizados no período colonial. Segundo os termos das instruções dadas pelo governador ao reclamar obediência ao regimento dos capitães-mores, impunha-se elaborar “uma lista das cabeças dos casais, a sua idade, os nomes de suas mulheres, o valor de seus bens, distinguindo-se seus filhos, cada um pelo seu nome e idade”. Os documentos, portanto, informam sobre o número dos habitantes livres nas localidades de referência e quanto ao valor dos bens que possuem.

Os dispositivos legais que inspiram as providências do governador da capitania preceituavam sobre o provimento das funções de chefia das companhias de ordenança. Estas, como milícias, distinguem-se como corpos auxiliares, sem soldo, sobre as quais repousava, normalmente, a principal defesa das capitanias. Isso porque, segundo se lê nas instruções dadas ao governador da capitania de Minas Gerais em 1775, “os habitantes de que se compõem os mesmos corpos são os que em tempo de paz cultivam as mesmas terras, criam os gados e enriquecem o país com o seu trabalho e indústria; e, em tempo de guerra, são os que, com as armas na mão defendem os seus bens, as suas casas e as suas famílias das hostilidades e invasões inimigas”.⁴ O preenchimento das vagas de capitão e de sargento-mor das companhias de ordenança era da competência dos oficiais da Câmara, em reunião com o respectivo capitão-mor; indicavam três nomes dos varões mais nobres e ricos da localidade, propostos ao governador da capitania, cabendo a este a escolha, segundo seu critério.

Todos os candidatos aos postos de oficiais das companhias de ordenanças, de alferes para cima, deviam ser “homens os principais das terras, da melhor consciência, e os mais ricos”.⁵ Pertenciam aos mais altos escalões da hierarquia social, não apenas por causa da posse da riqueza em nível geralmente elevado no âmbito da localidade, mas também em razão do caráter, limpeza de sangue, comprovado não-exercício de misteres manuais, qualidades estas que se identificavam com a nobreza da terra.

Extinta a capitania de São Paulo por provisão de 9 de maio de 1748, converteu-se ela em comarca do governo da capitania do Rio de Janeiro,

³ As localidades que são objeto da pesquisa constam da tabela 2; as datas referem-se aos recenseamentos manuscritos utilizados. Os nomes atuais das localidades constam da tabela 1.

⁴ Instruções para D. Antônio de Noronha, governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais, 1775. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 217, 1944.

⁵ *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*, São Paulo, v. 4, p. 111-5, 1917. Abreviatura adotada nas notas subsequentes RG. Ver também o ofício de 30-4-1763, *DI*, v. 67, p. 132.

representado pelo governador da praça de Santos, e a expressão “capitania de São Paulo” passava a ser utilizada como identidade geográfica, sem conotação administrativa. O restabelecimento da autonomia administrativa, com a nomeação do governador D. Luís Antônio de Souza Mourão, o morgado de Mateus,⁶ em 14 de dezembro de 1764, correlaciona-se com as agressões castelhanas na área meridional da colônia. Conquistada a colônia do Sacramento (território do atual Uruguai), em 30 de outubro de 1762, por D. Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires, avançou este pela área da colonização portuguesa no Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), ocupando em 12 de maio de 1763 a vila de São Pedro e o bairro de Rio Grande. Com centro administrativo próprio, visava-se criar na capitania de São Paulo um arsenal para abastecimento em recursos humanos e materiais, a fim de empreender a campanha para deter o avanço castelhano e restabelecer os limites antigos da colonização portuguesa no sul. Famosos eram os homens de São Paulo como sertanistas audazes, preadores de índios e descobridores de minas, seriam eles “os mais próprios homens que o Brasil tem para a vida militar”. As múltiplas providências no sentido da criação de numerosos corpos militares estão compreendidos naqueles objetivos. A reorganização das companhias de ordenanças, a que dizem respeito os recenseamentos aqui analisados, situa-se nesse amplo contexto.⁷

Desembarcando em Santos, em 23 de julho de 1765, o novo governador e capitão-general assumia a administração da capitania de São Paulo decorridos 16 anos e meio de solução de continuidade. Vinha encontrá-la em situação de grande decadência.

Nos limites da capitania, que se prolongava para o Sul até o rio Pelotas, abrangendo a área do atual Estado do Paraná, a população recenseada em 1766 orçava em 63.228 habitantes (tabela 1), repartida em 19 vilas e 38 freguesias. Sendo a mais populosa, com 16.002 habitantes, ou seja, 25,30% da população total da capitania, distinguia-se a imensa jurisdição da vila de São Paulo, em área que alcançava quase 80 km no seu maior percurso. Compreendia as freguesias de Santo Amaro, Cotia, Guarulhos, Juqueri, Nazaré, Atibaia e Jaguari; gravitavam na órbita do aglomerado paulistano, que possuía apenas 1.516 habitantes. Na área de sua freguesia, a população livre orçava em 3.838 habitantes. No seu circuito encontrava-se também o maior número de aldeamentos indígenas. Sua existência precária na capitania atestava-se pela ruína de seus estabelecimentos. Os índios, em reduzida minoria, somavam apenas 4,32% da população total.⁸

⁶ Como simplificação, apenas Morgado de Mateus nas citações subseqüentes.

⁷ Sobre o assunto, ver Moura, Américo Brasiliense Antunes de. Governo do Morgado de Mateus no vice-reinado do conde da Cunha. São Paulo restaurado. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 52, p. 5.155.

⁸ A relação das aldeias de índios em 1766 consta em *DI*. v. 69, p. 264-5 e v. 73, p. 208-9. Sobre a decadência dos aldeamentos, ofício de 21-12-1766. *DI*. v. 73, p. 197. Ver também Petrone, Pasquale. *Os aldeamentos paulistas e sua função na valorização da região paulista*. São Paulo, 1964. Tese mimeogr.

TABELA I
População da Capitania de São Paulo em 1766*

	População livre	Porcentagem	Moradias (Famílias)	Porcentagem	Pessoas por moradia	População masculina	População feminina	Índios	População total	Porcentagem
I. Serra Acima: Vilas do Sul**										
São Paulo	3.838		899		4,2	45,79	54,31	743	4.581	
Atibaia	2.425		439		5,6	48,91	51,09		2.425	
Santo Amaro	1.770		377		4,6	50,28	49,71	266	2.036	
Cotia	1.735		349		4,9	50,43	49,56		1.735	
Nazaré (Nazaré Paulista)	1.393		303		4,6	50,68	49,31		1.393	
Guarulhos	1.374		349		3,9	50,87	49,13	233	1.607	
Jaguari (Bragança Paulista)	1.266		280		4,5	51,50	48,49		1.266	
Juqueri (Franco da Rocha)	959		281		3,4	47,55	52,45		959	
Subtotal	14.760	24,39	2.277	18,40				1.242	16.002	25,30
Sorocaba	5.158		1.191		4,3	52,11	47,88		5.158	
Itu e Araratiguaba (Porto Feliz)	2.708		658		4,1	50,26	49,74		2.708	
Parnaíba e Arassariçuama	2.496		599		4,2	50,40	49,59	672	3.168	
Jundiá	1.272		334		3,8	51,73	48,27		1.272	
Mogi-Mirim	1.303		225		5,7	50,49	49,50		1.303	
Mogi-Guaçu	717		160		4,4	50,34	49,65		717	
Subtotal	13.654	22,57	3.167	25,59				672	14.326	22,65
II. Serra Acima: Vilas do Norte										
Pindamonhangaba	1.457		338		4,3	50,58	49,41		1.457	
Taubaté	3.521		780		4,5	48,93	51,06		3.521	
Guaratinguetá	3.339		786		4,3	51,69	48,30		3.339	
Jacareí	2.868		674		4,2	47,42	52,58	364	3.232	
Mogi das Cruzes	2.138		483		4,4	48,78	51,21	458	2.596	
Subtotal	13.323	22,02	3.061	24,73				822	14.145	22,37
III. Marinha: Vilas do Norte										
Santos	2.614		523		4,9	66,29	33,71		2.614	
São Sebastião	1.783		398		4,4	47,61	52,38		1.783	
Ubatuba	1.191		249		4,7	48,86	51,13		1.191	
*** Itanhaém	716		165		4,3	50,55	49,45		716	
São Vicente	577		120		4,7	44,36	55,63		577	
Subtotal	6.881	11,37	1.455	11,75					68.81	10,86
IV. Marinha: Vilas do Sul										
*** Paramaguá e Pilar	4.814		1.109		4,3	50,51	49,49		4.814	
*** Curitiba e São José	4.348		741		5,8	50,50	49,50		4.348	
*** Iguaçu e Xiririca (Eldorado Paulista)	1.811		393		4,6	50,52	49,48		1.811	
*** Cananéia	901		170		5,3	50,61	49,39		901	
Subtotal	11.874	19,62	2.413	19,50					11.874	18,77
Total geral	60.492	99,97	12.373	99,97				2.736	63.228	99,95

* Fonte: Dados registrados pelo governador da capitania, *DI.*, v. 73, p. 61-5

** Classificação por áreas segundo a documentação oficial, *DI.*, v. 72, p. 114-5

*** Nas localidades assinaladas foi estimada a população feminina e deduzida a total.

A distinção entre povoações de Serra Acima e da Marinha, registrada pelo governador da capitania, corresponde a um esquema básico de localização geográfica. A área de Serra Acima compreendia o populoso termo da vila de São Paulo, os núcleos de população do vale do Paraíba e as vilas de Sorocaba, Itu, Parnaíba e Jundiáí com suas respectivas freguesias; concentrava cerca de 47,95% da população total. As quatro últimas vilas indicadas juntavam 22,65% da população da capitania, porcentagem comparável à da população que habitava o vale do Paraíba (22,37%). A parte restante da população ocupava a estreita borda do litoral, desde os limites da capitania do Rio de Janeiro, ao sul de Parati, até as terras lindeiras de Santa Catarina, junto ao rio Pelotas, onde se fundou Guaratuba, em 1768. O seu setor meridional, que reunia cerca de 18,77% da população da capitania, era o mais povoado: as vilas de Paranaguá e Curitiba mereciam respectivamente o segundo e terceiro lugar na hierarquia quanto à importância da população, somente ultrapassadas pela vila de Sorocaba e seu extenso termo, na Serra Acima, com 5.158 habitantes, a mais populosa da capitania. Na Marinha encontramos os núcleos de população mais restritos, com as vilas decadentes de Ubatuba, São Sebastião, São Vicente, Itanhaém, Iguape e Cananéia.⁹ No cômputo geral da população é ligeiramente maior o número de homens (50,18%), rejeitada, contudo, a hipótese da homogeneidade da proporção nas diferentes localidades constantes da tabela 1.¹⁰ A elevada proporção de homens registrada em Santos talvez se explique pela função da cidade como porto de mar.

Os dados numéricos citados com respeito às povoações paulistas, transmitem-nos apenas um aspecto de sua realidade. As chamadas vilas em geral não passavam de pequenos aglomerados, vários deles com suas igrejas de pau-a-pique recobertas de palha. "Observei as povoações", escrevia o governador em 1767, "e achei que todas são pequenas, ainda as de maior nome, faltas de gente e sem nenhum modo de ganhar a vida..."¹¹ Aliás, desde 1705 não se haviam mais erigido em vila as povoações.

Aspecto comum a todas as vilas e freguesias é que apenas pequeno número de pessoas a habitam normalmente. Outros preferem ter seu domi-

⁹ As cifras transcritas nas tabelas representam aproximações. Segundo o depoimento do Morgado de Mateus, a dispersão das povoações opunha grande embaraço ao recenseamento. Ver ofício de 10-12-1766. *DI.* v. 73, p. 60.

¹⁰ Testes de homogeneidade sob a direção do professor Antônio Morales a quem agradecemos. A proporção entre o sexo masculino e o feminino diferia de maneira evidente em São Paulo e principalmente em Santos. Na primeira cidade predominavam as mulheres, enquanto em Santos predominavam os homens. Com a exclusão dessas duas cidades, só uma prova estatística poderia indicar se a proporção de sexos, nas restantes cidades mantinha-se homogeneamente ou se as diferenças observadas deveriam ser consideradas genuínas. Para isso, foi efetuado um teste de heterogeneidade por meio do X^2 , que corresponde a testar estatisticamente se as proporções observadas, no conjunto, diferem significativamente da proporção geral observada. Obteve-se um valor, $X^2 = 40,97$ com 20 graus de liberdade, o qual não atinge o nível crítico que é da ordem de 35,57 com nível de 1% e 31,41 com nível de 5%.

Em face disso não se deve considerar que as proporções de sexo observadas ao longo das cidades possam ser julgadas heterogêneas; as diferenças encontradas devem ser consideradas casuais.

¹¹ Ofícios de 15-9-1765. *DI.* v. 72, p. 83; 23-12-1766. *DI.* v. 23, p. 4; 1-12-1767. *DI.* v. 23, p. 253.

TABELA 2
Riqueza declarada na Capitania de São Paulo, 1765/7 *

	Riqueza total	Porcentagem	N.º de famílias	Porcentagem	N.º de pessoas	Porcentagem	Riqueza média por família	Riqueza média por pessoa	% da riqueza por cidade
I. Serra Acima: Vilas do Sul									
São Paulo (1765)	266:243\$000		899		3.854		296\$154	69\$082	25,21
Santo amaro (1765)	16:694\$800		377		1.765		44\$283	9\$458	1,58
Cotia (1765)	23:842\$200		376		1.750		63\$410	13\$624	2,25
Nazaré (1767)	12:084\$880		303		1.487		39\$884	8\$127	1,14
Guarulhos (1765)	15:904\$580		312		1.432		50\$976	11\$114	1,50
Juqueri (1766/7)	4:391\$800		154		838		28\$518	5\$240	0,41
Subtotal	339:161\$260	32,11	2.421	24,46	11.125	25,53			
Sorocaba (1765)	103.063\$500		1.081		4.895		95\$340	21\$054	9,75
Itu (1765)	139.430\$200		657		2.728		212\$222	51\$110	13,20
Parnaíba (1765)	60.180\$100		608		2.611		98\$980	23\$048	5,69
Jundiaí (1766/7)	30:636\$920		347		1.661		88\$290	18\$444	2,90
Mogi-Mirim (1765)	13:843\$540		242		1.381		57\$204	10\$024	1,31
Mogi-Guaçu (1765)	30:583\$840		210		1.051		145\$637	29\$099	2,89
Subtotal	377:738\$100	35,77	3.145	31,77	14.327	32,87			
II. Serra Acima: Vilas do Norte									
Taubaté (1765)	38:256\$470		859		3.549		44\$536	10\$779	3,62
Guaratinguetá (1765)	80:609\$200		808		3.533		99\$763	22\$816	7,63
Jacareí (1765)	10:364\$500		672		2.864		15\$403	3\$618	0,98
Mogi das Cruzes (1765)	26:771\$200		482		2.124		55\$541	12\$604	2,53
Pindamonhangaba (1766/7)	13:458\$800		337		1.469		39\$937	9\$161	1,27
Subtotal	169:460\$170	16,04	3.158	31,90	13.539	31,06			
III. Marinha: Vilas do Norte									
Santos (1765)	136:004\$600		531		1.627		256\$129	83\$592	12,87
São Sebastião (1765)	18:315\$000		396		1.774		46\$250	10\$324	1,73
Ubatuba (1765)	15:329\$400		246		1.184		62\$314	12\$947	1,45
Subtotal	169:649\$000	16,06	1.173	11,85	4.585	10,52			
Total geral	1.056:008\$530	99,98	9.897	99,98	43.576	99,98	106\$699	24\$233	99,91

* Fonte: Recenseamentos manuscritos do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo.

cílio junto às suas roças, em suas propriedades rurais. Grande maioria vivia dispersa em áreas imensãs, distantes muitas vezes 100 km do povoado. Alguns o freqüentavam somente por ocasião das festas religiosas e comemorativas. Outros permaneciam anos sem pôr neles seus pés. No rol dos excomungados feito pelo pároco de Apiaí constavam as pessoas que, com a idade de 16 a 30 anos, nunca haviam comparecido à igreja para as obrigações da quaresma, pois viviam embrenhados nos matos.¹² O fato de que a maior parte da população preferia habitar as terras onde faziam as suas culturas, conferia às vilas e freguesias a função de simples centros administrativos e religiosos, característica observada, em geral, com respeito às cidades coloniais brasileiras. Mas, enquanto que, em outras áreas, como a açucareira do Nordeste, o fenômeno explica-se pela concentração da população e de suas funções junto aos engenhos, são muito diferentes os condicionamentos da atividade econômica na capitania de São Paulo. Precisamos distingui-los e comentá-los como explicação para os níveis de riqueza.

Os dados registrados nos recenseamentos aqui analisados abrangeram 9.897 famílias, o que representa uma população de 43.576 pessoas, habitantes das 20 localidades consideradas, segundo consta na tabela 2.¹³ Comparados estes números com os do recenseamento de 1766 (tabela 1), verifica-se que nosso estudo alcançou 72,03% da população estimada da capitania em 1766 e 74,00% de suas famílias. Não foram considerados os índios, recentemente libertados; viviam tutelados sob a administração de seus diretores, de nenhum se computaram os bens e não consta o recenseamento de todas as aldeias. Comparadas as áreas nas duas tabelas, verifica-se que a omissão maior foi com respeito às localidades da Marinha (21,76% da população e 21,80% da famílias), das quais só foram considerados três núcleos de população do seu setor norte. No termo de São Paulo não figuram Atibaia e Jaguari. Contudo, o número de famílias recenseadas quanto à riqueza na região de São Paulo (2.421) e nas demais localidades do setor sul de Serra Acima (3.145) foi maior do que em 1766. O mesmo aconteceu no vale do Paraíba (5.158). Assim, em toda a área de Serra Acima, nas localidades consideradas, os recenseamentos quanto à riqueza abrangeram número maior de famílias. O mesmo aconteceu com referência às três únicas povoações da Marinha aqui estudadas quanto ao valor de seus bens, onde o número de famílias recenseadas é ligeiramente maior (1.173). Estas cifras mostram que, nas localidades em estudo, os recenseamentos quanto à riqueza lograram alcançar maior número de famílias do que em 1766. A variação quanto à data é irrelevante, dadas as condições de estagnação econômica da capitania no período, como veremos.

Nessa população inventariada, é impressionante o número de pessoas que "nada possuem". Compreende 5.352 famílias (54,07%), que representam 21.758 pessoas, ou seja, 49,93% da população. Divididas as localidades em dois grupos pela ordem da importância decrescente quanto à ocorrência do fenômeno da falta completa de bens nas famílias, verifica-se que as mais altas porcentagens, acima de 52%, referem-se à maioria das povoações do vale do Parnaíba, aos centros de povoamento do litoral, como tam-

¹² Ofício de 24-12-1766. *DI*. v. 23, p. 43-4.

¹³ Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, MSS. *TC. Maços de População*. *Latas* n. 6, 30, 38, 48, 56, 81, 87, 95, 105, 125, 136, 148, 151, 167 e 186.

bém aos dois maiores núcleos de população, aqui analisados, isto é, São Paulo e Sorocaba. Se excetuarmos a vila de Itu, estão nesse primeiro grupo as maiores aglomerações recenseadas. No segundo grupo, encontramos cinco pequenas freguesias, das quais três são do termo da capital. A distribuição da ausência de riqueza parece indicar que a maior incidência do fenômeno está associada às maiores aglomerações populacionais da capitania. Se considerarmos as grandes áreas distinguidas pelos coevos, vamos observar que a maior incidência está entre as povoações do vale do Paraíba (62,44% das famílias e 58,88% das pessoas), seguidas dos três povoados da Marinha (56,77% famílias e 54,24% das pessoas): Na região de São Paulo 47,37% de suas famílias e 43,64% das pessoas nada possuem, enquanto que, nas outras localidades da Serra Acima, encontramos 49,82% das famílias e 44,97% da população sem bens a declarar.

Porcentagem da população sem riqueza em cada localidade

Localidades	Famílias	Pessoas	Localidades	Famílias	Pessoas
Pindamonhangaba	72,39	69,49	Santos	52,91	50,21
Jacaré	70,82	64,72	Nazaré	52,47	47,26
Taubaté	61,80	58,39	Mogi das Cruzes	46,05	42,17
Guaratinguetá	61,74	60,25	Itu	45,37	48,69
São Sebastião	61,36	58,73	Mogi-Mirim	39,40	34,89
Parnaíba	58,87	54,62	Santo Amaro	36,59	30,08
Ubatuba	57,72	53,04	Jundiá	36,01	28,29
Sorocaba	56,23	52,93	Juqueri	34,40	32,09
Cotia	56,10	54,70	Guarulhos	32,04	28,71
São Paulo	54,05	51,57	Mogi-Guaçu	29,04	22,54

Para compreendermos o fenômeno, precisamos conhecer a técnica peculiar do cultivo do solo praticado pela grande maioria da população paulista. A lavoura é a atividade na qual se ocupa a maioria dos que habitam a capitania de São Paulo. Em parte é a lavoura de subsistência, cuja função é abastecer os núcleos urbanos. Contudo, esta é uma função exercida apenas pelos lavradores estabelecidos nos sítios e fazendas de gado, e nela se distingue o povoado de Atibaia; com o seu grande número de pequenos lavradores, apontavam-na como celeiro da população paulistana.

Outra parcela da população, muito mais numerosa, vivia dispersa de modo irregular, em áreas imensas, deslocando-se continuamente pelas florestas virgens, sem bens de raiz e, de modo geral, "sem móvel que perder". Junto ao morro os homens constroem sua casa de barro, coberta de palha ou de folhas, e aí vivem com sua família. Como bens dispõem de um cachimbo, uma espingarda para caçar e duas redes, uma na qual dormem, outra com a qual praticam a pesca. Há os que só possuem as redes. Na clareira que abrem na mata, plantam algumas bananeiras, semeiam um pouco de milho, lançando os grãos a mão, na superfície da terra, sobre as cinzas da queimada, que se atea logo após o abate das árvores. De ordinário permanecem no local apenas cerca de um ano, o quanto duram as operações de desflorestar, semear e colher. Vestem-se às vezes com uma camisa de

algodão; outros possuem apenas um calção de peles, ou um pedaço de tecido no qual se envolvem ao modo de tanga. “Como os rios e o mato fornecem mantimento a pouco custo e o calor do país escusa o vestido”, comentava o Morgado de Mateus, “vive a maior parte das gentes vadiando, sem emprego, sem ocupação, na liberdade, na ociosidade e na miséria...”, “sem rendas nem bens de raiz, sempre mendigos pelo mato, sem nunca possuírem fazenda sólida”. Tais são os chamados “sítios volantes”, sobre os quais constam numerosas referências do governador da Capitania.¹⁴ Em sua grande maioria, os paulistas dos “sítios volantes” provavelmente integravam os contingentes de população sem riqueza, as famílias sobre as quais os recenseamentos consignaram que “nada possuem”, ou as de mais baixo nível de valor quanto a seus haveres.

Algumas características da lavoura dos “sítios volantes” não diferem dos que predominavam na lavoura que se praticava no Brasil em geral, com a preferida utilização das terras de derrubada, o costume da queimada, a depredação dos recursos da natureza. Em torno da cidade de São Paulo e por muitas léguas, como também em outras vilas, ao tempo em que o Morgado de Mateus exercia o seu ofício de governador, só existiam campos, já destruídas as matas originais, sendo transportadas de longas distâncias as madeiras de lei.¹⁵ Tecnicamente é uma lavoura muito mais primitiva, reduzida apenas às operações fundamentais da sementeira e colheita, sem o uso de instrumento algum. Distingue-se da lavoura de subsistência na conceituação aceita, desde que se destina exclusivamente ao auto-abastecimento familiar. Vivendo sempre “atrás do mato virgem”, os homens limitavam-se ao convívio exclusivo da família, batizavam-se quando adultos, “pela impossibilidade das distâncias”, e aborreciam a condição de soldados.

Tratava-se da maior parte da população da capitania, segundo a afirmação do seu governador, que vivia “assim por este modo”. As tentativas para revigorar, desde 1766, as normas legais que proibiam o nomadismo e a dispersão das populações, e as obrigavam a se reunir em aglomerados de pelo menos 50 famílias, revelaram-se inoperantes pelo fato de que implicavam em transformar completamente os métodos vigentes da lavoura praticados pela maioria. Era o costume antigo que sempre assim se observou. Não se trata, portanto, de características ocasionais de uma economia, em decorrência de circunstâncias ocasionais, mas qualifica um sistema de vida que distingue muitas centenas de famílias. Configuram um gênero de vida, caracterizado pelo nomadismo das populações e da sua lavoura de auto-abastecimento familiar, dentro das áreas florestais, à custa de sua depredação sistemática. Se os “sítios volantes” podiam parecer ao governador um mecanismo de escape contra a convocação militar¹⁶ sua viabilidade e permanência condicionaram-se a uma economia na qual a terra, como fator de produção, não tinha valor algum em decorrência da oferta ilimitada e, como veremos, da inexistência de correntes de exportação que valorizassem a produção da capitania.

¹⁴ São numerosas as referências do Morgado de Mateus sobre o tipo de lavoura praticado pelos paulistas e seu modo de viver. As melhores descrições constam nos ofícios de 23-9-1765. *DI.* v. 72, p. 96; 13-12-1766. *DI.* v. 73, p. 88-95 e 23-12-1766. *DI.* v. 23, p. 1-10.

¹⁵ Ofícios de 30-1-1768. *DI.* v. 23, p. 376 e 19-3-1769. *DI.* v. 19, p. 333.

¹⁶ Registro de um bando... 3-3-1766. *RG.* v. 11, p. 214-6; ofício de 10-11-1765. v. 72, p. 113-4.

Voltamo-nos agora para a população que, segundo os recenseamentos, possuía bens, a qual engloba 4.545 famílias (45,92%) que somam 21.818 pessoas (50,06% da população total).¹⁷

Esclarecemos neste passo que entendemos por riqueza a totalidade dos haveres ou bens, possuídos pela família, tais como objetos, móveis, metais, jóias, utensílios e implementos, escravos, animais com valor de troca, propriedades rurais e urbanas, títulos de crédito, não se incluindo, portanto, alimentos, bebidas, salários, que significam rendimentos. Aí estão compreendidos, portanto, os escravos e os produtos manufaturados importados, de alto valor comercial; os imóveis pouco representam como riqueza, pois se avaliam, não pela área territorial, mas pelo trabalho humano que os fecunda, que se concretiza nas chamadas benfeitorias — as edificações e plantas perenes. Ainda que as declarações não tenham explicitado a natureza dos bens, é de se supor que os mais baixos níveis de riqueza registrados¹⁸ se correlacionassem com a posse apenas de alguns objetos. Quanto aos escravos, contam-se entre os bens mais valiosos. Segundo as palavras do Morgado de Mateus, “todos os que têm alguma coisa nesta capitania fazem os fundos dos seus cabedais em o maior ou menor número de escravos”, o que significa, os escravos é que dão substância à riqueza. É a mercadoria da qual se pode dispor com facilidade, quando há necessidade de capital líquido; é a mais comercializável.

Questionou o professor Afonso de E. Taunay, em seu estudo sobre São Paulo,¹⁹ a validade das declarações sobre a riqueza, tendo em vista o valor dos escravos, tomando como base o recenseamento destes, realizado em 1769.²⁰ Estimou seu preço entre 100\$000 e 200\$000; na época. Os recenseamentos inéditos que consultamos, revelaram valor muito menor, verificada a média ponderada de 54\$220 cada um, quanto a 44 escravos encontrados em cinco inventários.²¹ Aceitamos a hipótese de que se tenha atribuído valor muito baixo aos escravos, possivelmente a metade de seu preço do mercado. Mas há a considerar que, numa economia decadente, a tendência prevalescente seria deixar ficar os escravos velhos sem substituí-los por outros a serem adquiridos, tendendo a renovação a se fazer vagarosamente, pelo crescimento vegetativo. Não podemos também deixar de admitir mais outro fator, a evasão dos bens nas declarações, atitude ordinariamente aceita como a dominante, em especial ao tempo da Colônia, quando pesava sempre a probabilidade de impostos e requisições arbitrárias. Há a acrescentar as dificuldades do recenseamento, com as distâncias e precariedades dos

¹⁷ No índice de C. Gini quanto à população total foram subtraídas 69 famílias da vila de Pindamonhangaba, sobre as quais não consta anotação sobre a riqueza.

¹⁸ Em Guarulhos, Jacarei e Guaratinguetá 1.000 r.s.; em Santo Amaro, Mogi das Cruzes e São Sebastião 1.600 r.s.; em Juqueri, Sorocaba, Pindamonhangaba, Nazaré e Jundiá 2.000 r.s.

¹⁹ Taunay, Afonso de E. *História da cidade de São Paulo no século XVIII (1735/1765)*. S. Paulo, 1949. v. 1, p. 96-9. 2ª parte. Dos recenseamentos que são objeto deste trabalho, o único publicado é o referente a São Paulo. *DI*. v. 62, p. 7-246.

²⁰ *DI*. v. 19, p. 285.

²¹ Inventários de Maria Bueno de Oliveira (1765), de Domingos João Vilarinho (1766), de Joana da Cunha (1766), de Jerônimo Pinheiro Dias (1765), de Maria Bueno de Araújo (1766): Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, MSS., *TC*, *Inventários não publicados*, lata n. 66.

GRÁFICO 1

Teste da Log normalidade da distribuição da riqueza

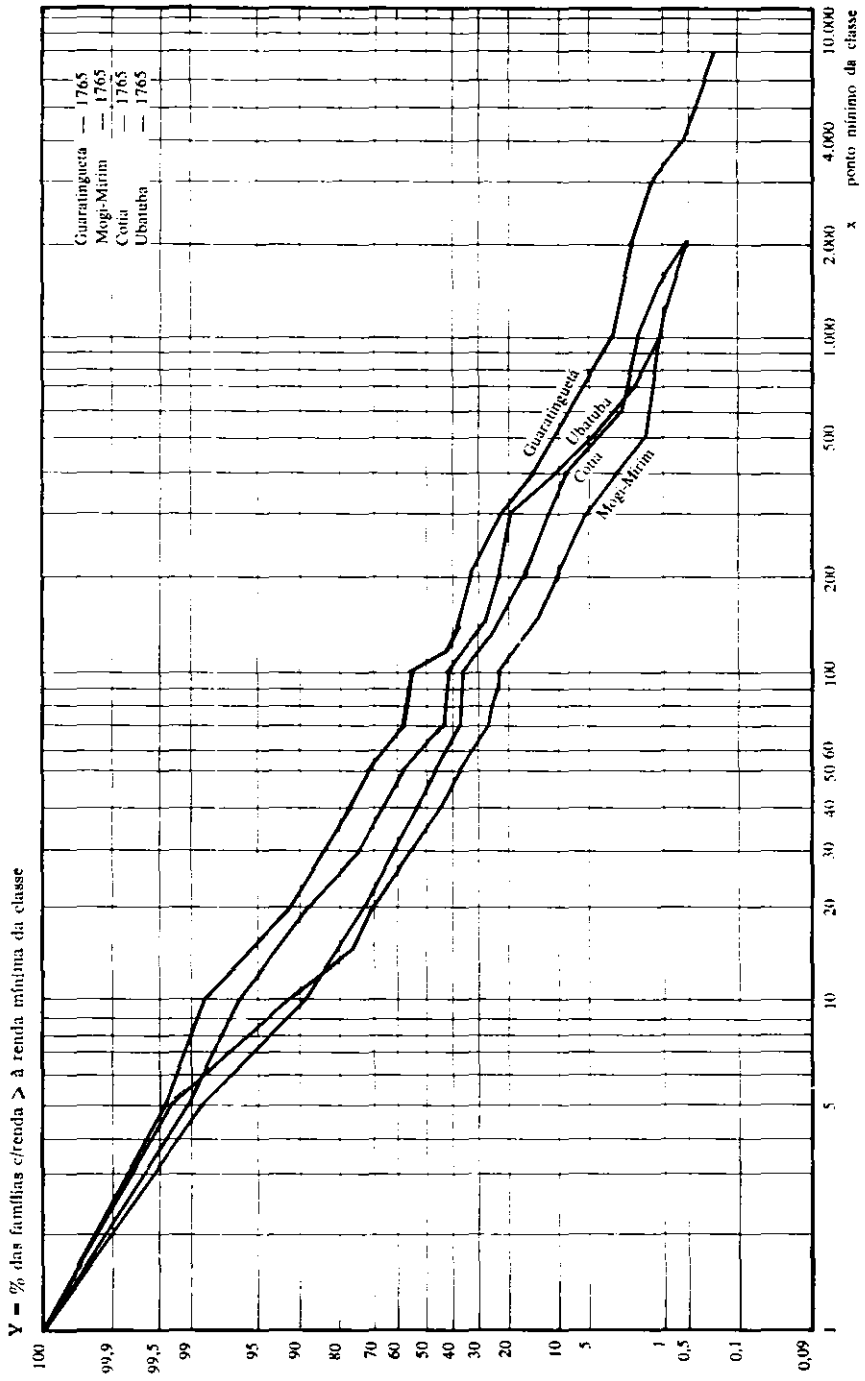


GRÁFICO 2
Teste da Log normalidade da distribuição da riqueza

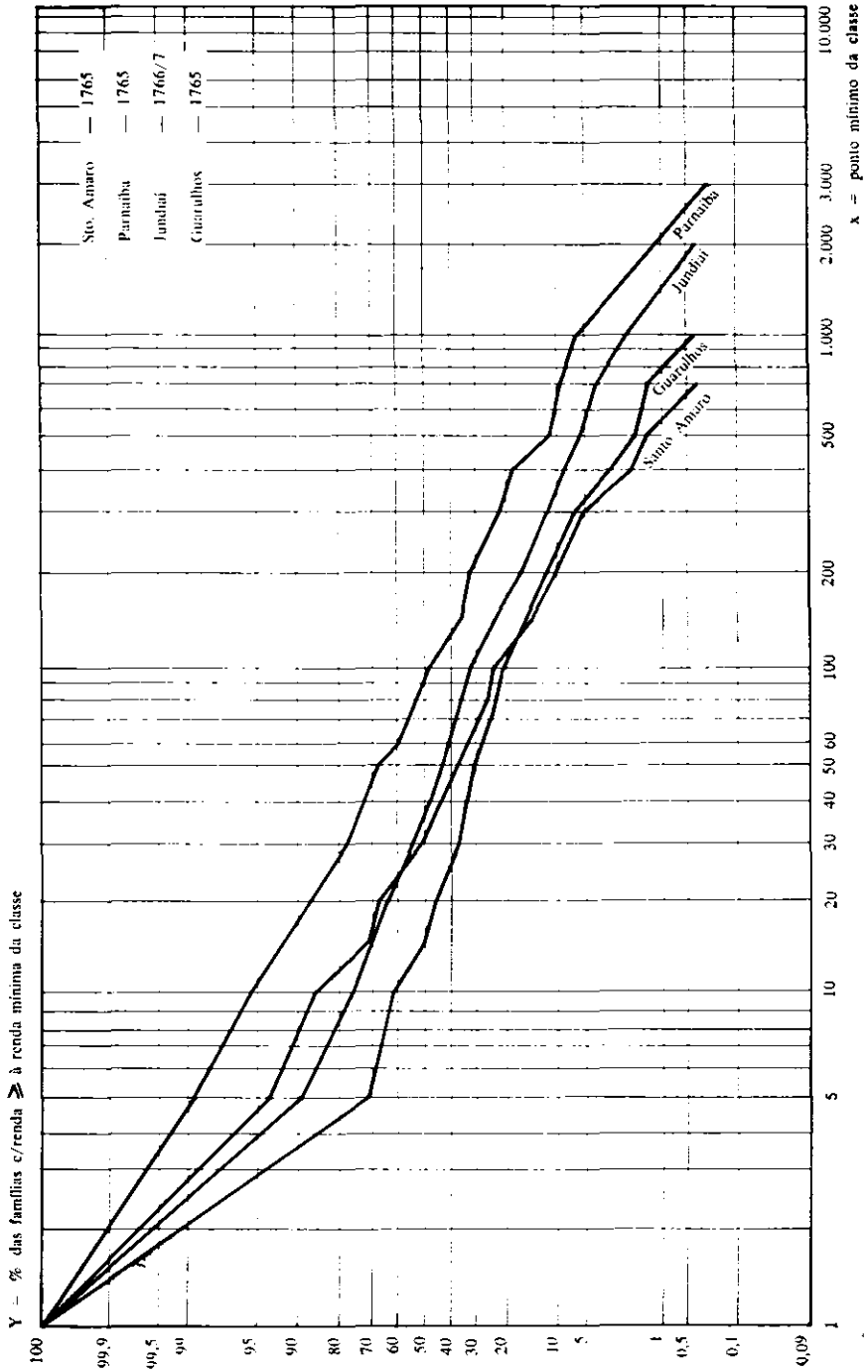


GRÁFICO 3

Teste da Log normalidade da distribuição da riqueza

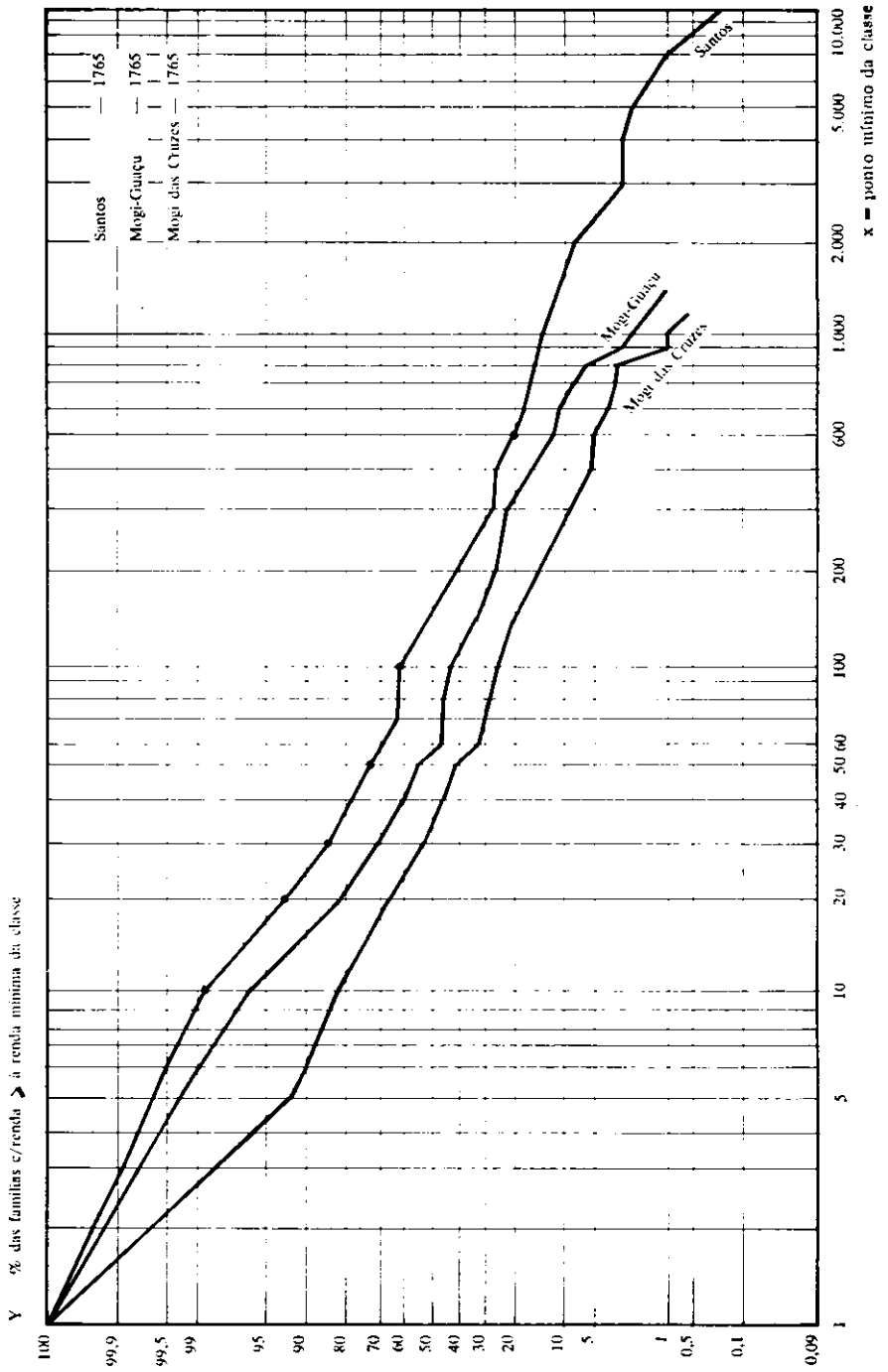


GRÁFICO 4
Teste da Log normalidade da distribuição da riqueza

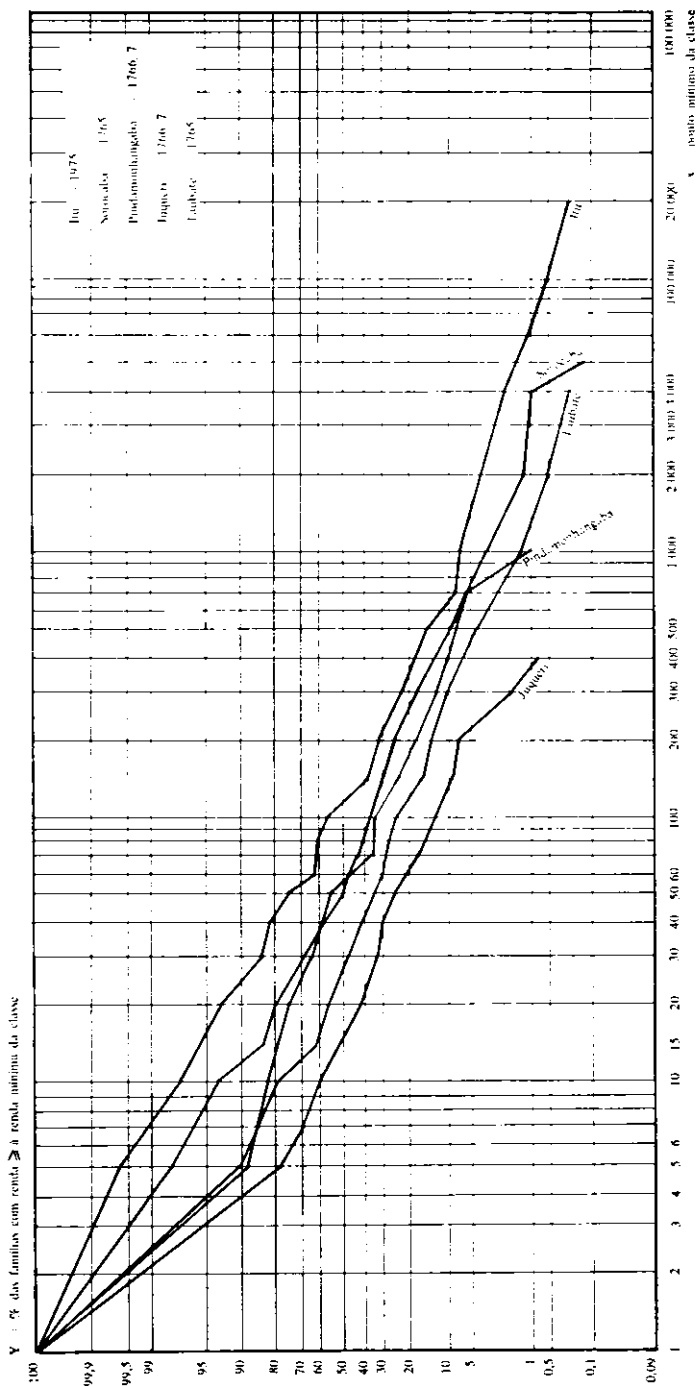
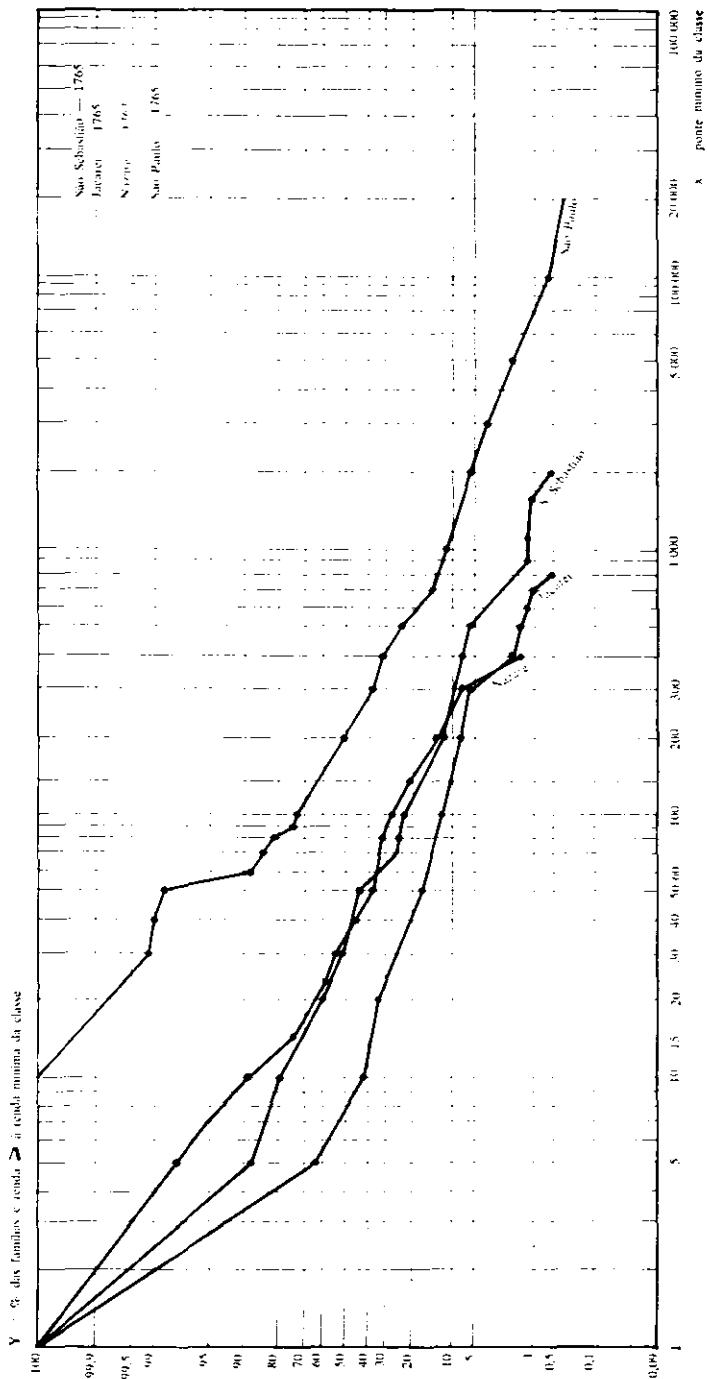


GRÁFICO 5
 Teste da Log normalidade da distribuição da riqueza



transportes. De qualquer modo, queremos deixar claro que os dados quantitativos aqui considerados devem ser interpretados em relação ao que puderem revelar das tendências da estrutura da distribuição da riqueza e não em seus valores absolutos. Acreditamos que, se acrescenassemos o suposto valor de escravos sonogados ou depreciados, não se alteraria profundamente a estrutura da distribuição da riqueza, mas aumentaria o índice de sua concentração.

O nível da riqueza declarada (tabela 2) distribuiu-se numa faixa situada entre 4:398\$800 (Juqueri) e 266:243\$000 (São Paulo). A capital da capitania distingue-se como a cidade que concentrava a maior percentagem de riqueza da capitania (25,21%) colocando-se em seguida as cidades de Itu, Santos, Sorocaba e Guaratinguetá, cuja parcela de riqueza, no cômputo total, significa 13,20%, 12,87%, 9,75% e 7,63%. São Paulo também distingue-se pela maior riqueza média por família e pessoa, seguida de Santos, Itu e Mogi-Guaçu nas duas categorias. Na escala da percentagem da riqueza sobre o total, Juqueri ocupa o último lugar, com 4,1%; em seguida, em ordem crescente, estão as localidades de Jacaréí, Nazaré, Pindamonhangaba e Mogi-Mirim, ou seja, completando as cinco cidades de menor riqueza. Das áreas já distinguidas, o Vale do Paraíba é o mais pobre com 16,03% da riqueza total da capitania, e 31,06% da população; as três cidades litorâneas concentram 16,05% da riqueza e 10,52% da população; o termo da capital da capitania corresponde a 32,09% da riqueza e 25,53% da população. As demais cidades de Serra Acima concentram 35,74% da riqueza e 32,87% da população. É a área mais povoada e com a maior parcela de riqueza. Ainda que, em 17 localidades, o número de pessoas por família seja maior que quatro e menor que cinco, observa-se ligeira tendência de, entre os povoados pobres que se situam no termo de São Paulo, encontrarem-se as maiores famílias, do mesmo modo que, nas cidades de maior riqueza situam-se as famílias menores: São Paulo, Itu, Santos e Guaratinguetá.

As tendências da distribuição da riqueza em cada localidade (gráficos do Teste da Log. normalidade da distribuição da riqueza), põem logo em evidência a ausência de normalidade, ou seja, a concentração da riqueza, em elevadas percentagens, em número restrito de famílias.

Os níveis mais baixos da riqueza (tabela 3), em torno de 5% do total (de 3,76% a 6,81%), distribuem-se em 15 localidades, dentro de uma parcela de população que se situa sempre acima de 40% quanto ao número de famílias com riqueza e 61% do seu total em 17 delas. As cidades de Jacaréí com 62,24% do número de famílias, Santos com 58,40%, Guarulhos com 53,77% e Taubaté com 52,74% são aquelas nas quais baixas percentagens de riqueza, situadas nos níveis indicados, distribuem-se entre as maiores frações da população, acima de 50% das famílias com riqueza, com exceção de Guarulhos, acima de 80% de sua totalidade. As pequenas freguesias de Mogi-Mirim, Santo Amaro, Nazaré, Cotia e Mogi-Guaçu são aquelas nas quais, parcela menor de sua população (menos de 40%), em percentagens que variam de 28,75% a 38,24% de suas famílias, dispõem da fração da riqueza local que corresponde à faixa indicada (3,7% a 6,8%). Com respeito à população total, as menores percentagens de famílias nos níveis de riqueza mencionados alcançam 56,16% em Mogi-Guaçu; 57,01% em Mogi-Mirim e 57,54% em Santo Amaro, únicas localidades nas quais

TABELA 3

Localidades	5% das famílias e da riqueza mais baixas		15% das famílias e da riqueza mais baixas		50% das famílias e da riqueza mais altas		Índice de C. Gini população (com riqueza)	Índice de C. Gini população (Total)
	Famílias	Riqueza	Famílias	Riqueza	Famílias	Riqueza		
São Paulo	40,66 (72,73)	4,88	76,92 (89,40)	19,42	4,41 (2,04)	52,62	0,74	0,88
Santo Amaro	33,05 (57,54)	4,46	61,91 (75,83)	16,23	10,49 (6,68)	46,90	0,61	0,75
Cotia	38,17 (72,86)	3,71	63,00 (83,74)	12,25	3,08 (1,38)	36,74	0,70	0,87
Nazaré	35,41 (69,30)	4,62	64,56 (83,16)	16,45	16,32 (7,27)	55,53	0,60	0,81
Guarulhos	53,77 (68,58)	4,57	73,10 (81,70)	13,07	6,16 (4,21)	49,59	0,75	0,83
Juqueri	40,59 (61,03)	4,62	66,33 (77,90)	14,16	8,92 (5,89)	49,22	0,67	0,78
Sorocaba	48,19 (77,32)	4,74	73,03 (88,30)	15,37	6,81 (3,32)	53,88	0,74	0,89
Itu	44,19 (68,76)	4,19	76,51 (87,93)	15,12	2,74 (1,43)	46,92	0,78	0,88
Parnaíba	41,41 (75,78)	4,68	67,69 (86,62)	16,13	9,21 (3,85)	52,37	0,68	0,87
Jundiaí	47,29 (66,26)	3,93	76,09 (84,68)	19,13	5,91 (3,80)	48,01	0,73	0,83
Mogi-Mirim	28,75 (57,01)	3,76	61,62 (76,84)	14,74	5,54 (3,35)	44,52	0,66	0,80
Mogi-Guaçu	38,24 (56,16)	3,87	65,73 (75,66)	14,22	12,14 (8,64)	54,99	0,66	0,76
Taubaté	52,74 (81,94)	5,13	74,68 (90,31)	14,18	4,92 (1,90)	49,33	0,76	0,91
Guaratinguetá	41,41 (77,56)	5,16	66,31 (87,08)	16,04	6,20 (2,42)	49,91	0,69	0,88
Jacaré	62,24 (88,97)	5,52	80,60 (94,32)	15,35	6,65 (1,98)	54,86	0,77	0,93
Mogi das Cruzes	45,76 (70,72)	5,34	66,91 (82,12)	13,85	9,26 (5,04)	54,65	0,70	0,84
Pindamonhangaba	44,06 (80,57)	4,73	63,41 (87,28)	11,56	8,65 (3,03)	53,53	0,70	0,90
Santos	58,40 (80,38)	5,99	80,00 (90,53)	16,42	3,20 (1,58)	42,98	0,78	0,89
São Sebastião	48,36 (80,03)	4,34	75,14 (90,37)	15,08	5,27 (2,06)	50,99	0,76	0,91
Ubatuba	41,33 (75,18)	6,81	58,63 (82,49)	13,33	4,86 (2,08)	29,03	0,61	0,84

Nota: Para manter constantes os valores de 5% e 15% com riqueza mais baixa e de 50% das famílias com riqueza mais alta, teríamos que ajustar a distribuição das riquezas. Preferimos, contudo, colocar na tabela os dados brutos e, como consequência, temos apenas aproximações daquelas porcentagens.

Obs.: Entre parênteses a porcentagem sobre a população total.

estas cifras ficam abaixo de 60%. Deve-se notar, entretanto, que estas duas freguesias situam-se no extremo da menor faixa de riqueza considerada, com percentagens maiores que três e menores que quatro.

No outro extremo do fenômeno da distribuição da riqueza, ou seja, 50% das famílias e da riqueza mais alta, observa-se que a maior parcela de riqueza local, em frações sempre acima de 40% (com exceção de Ubaituba que apresenta 29,03% e Cotia com 36,74%), distribui-se dentro de um número muito restrito de famílias, o qual, em 17 localidades, varia de 2,74% a 9,26% do total das que possuem riqueza. Se passarmos à proporção com referência ao número total de famílias, verificamos que a percentagem que alcança aquele nível de riqueza varia de 1,38% a 8,64%. As mais baixas percentagens estão nas localidades de Cotia, Itu, Santos, Taubaté e Jacareí, localidades nas quais ficam sempre em nível inferior a 2%. Os pequenos povoados de Mogi das Cruzes, Santo Amaro, Juqueri Nazaré e Mogi-Guaçu são aqueles nos quais a percentagem de famílias alcança nível mais alto, acima de 5%.

Estamos, portanto, em presença de uma tendência bem caracterizada, comum a todas as populações da capitania de São Paulo em 1765-67, quanto à estrutura da distribuição da riqueza, que se caracteriza por alto grau de concentração. Os índices de C. Gini (tabela 3) são apresentados em dois grupos para melhor indicar o fenômeno: os relativos à parcela de população que possuía bens variam entre 0,60 e 0,78; os que dizem respeito ao número total de famílias, ou seja, considerando-se juntamente as famílias sem bens, variam de 0,75 a 0,93.

No primeiro grupo, os mais elevados índices (0,78) referem-se às cidades de Santos e de Itu. Ambas apresentam menor fração de famílias na faixa de riqueza de 0-50.000 (tabela 4), com 26,40% e 22,84%, com exceção de São Paulo, e ambas as cidades distinguem-se por elevada concentração nas faixas superiores da riqueza, ou seja, igual ou maior que 1:000\$000. Entre São Paulo e Sorocaba, com igual índice de concentração quanto às famílias que dispõem de riqueza, as diferenças na estrutura da distribuição são evidentes. A capital da capitania distingue-se de todas as demais localidades em vários aspectos. Uma fração mínima das famílias paulistas (1,93%) situa-se na faixa de riqueza de 0-50\$000, com apenas 0,08% da riqueza total, o que constitui exceção no quadro geral das cidades em estudo. Nota-se ainda que as parcelas de unidades familiares que se situam nas faixas de 50-100.000 rs., de 200-500\$000 e de 500 a 1:000\$000 são maiores do que as de todas as outras localidades nas mesmas faixas. Possuindo a maior fração de riqueza total no conjunto da capitania, a concentração na faixa mais alta (igual ou maior que 1:000\$000) é inferior à de Santos.

Se nos voltarmos para o grau de concentração da riqueza obtido em relação à totalidade das famílias, os mais altos índices são observados em Jacareí, São Sebastião, Taubaté e Pindamonhangaba, na oscilação de 0,90 a 0,93. Em 13 outras localidades, o índice varia de 0,80 a 0,89; encontramos em Juqueri, Mogi-Guaçu e Santo Amaro os mais baixos, com 0,78, 0,76 e 0,75 respectivamente. Jacareí parece-nos a mais pobre das localidades, com o índice de concentração 0,77, consideradas apenas as famílias com riqueza; apresenta 80,60% de suas famílias com nível de riqueza de 0-50\$000; no conjunto da população, contudo, esta percentagem eleva-se

TABELA 4
Porcentagem por faixas da riqueza

Localidades	0 — 50\$000		50 — 100\$000 rs.		100 — 200\$000 rs.		200 — 500\$000 rs.		500 — 1.000\$000		≥ 1.000\$000	
	Famílias	Ri- queza	Famílias	Ri- queza	Famílias	Ri- queza	Famílias	Ri- queza	Famílias	Ri- queza	Famílias	Ri- queza
Santos	26,40 (65,32)	1,15	13,20 (6,21)	1,32	18,80 (8,85)	3,52	21,60 (10,15)	10,43	5,20 (2,44)	6,32	14,80 (6,95)	77,21
Itu	22,84 (60,49)	1,21	21,36 (10,96)	3,01	24,02 (12,32)	6,83	16,60 (8,52)	11,13	7,71 (3,95)	11,41	7,40 (3,79)	66,33
Jacaref	80,60 (94,32)	15,35	4,59 (1,33)	5,87	6,63 (1,93)	16,69	6,12 (1,77)	36,02	2,04 (0,58)	26,04	— —	—
São Sebastião	58,81 (84,07)	7,34	16,33 (6,30)	7,74	11,11 (4,29)	10,92	7,18 (2,77)	17,56	4,57 (1,76)	26,48	1,94 (0,76)	29,92
Taubaté	62,49 (85,65)	8,10	12,19 (4,66)	6,09	8,83 (3,37)	8,34	11,57 (4,42)	28,15	3,35 (1,28)	19,49	1,51 (0,57)	29,79
Guarulhos	68,86 (78,82)	9,93	8,48 (5,76)	7,65	11,79 (8,01)	19,32	8,48 (5,76)	30,67	1,88 (1,28)	19,80	0,47 (0,32)	12,57
São Paulo	1,93 (54,94)	0,08	22,75 (10,45)	2,22	24,69 (11,34)	4,66	27,59 (12,67)	12,46	12,58 (5,78)	13,24	10,39 (4,76)	67,27
Sorocaba	48,19 (77,32)	4,74	14,79 (6,46)	4,42	10,35 (4,52)	6,21	16,70 (7,30)	23,05	5,91 (2,58)	18,12	4,90 (1,74)	43,40
Jundiaí	55,84 (71,73)	6,23	11,25 (7,19)	5,63	16,20 (10,37)	15,82	10,80 (6,91)	24,31	3,15 (2,01)	15,89	2,70 (1,72)	32,08
Cotia	50,29 (78,17)	6,98	12,71 (5,57)	5,27	18,17 (7,97)	15,89	13,32 (5,85)	26,73	3,03 (1,32)	11,53	2,42 (1,06)	33,54
Mogi das Cruzes	58,45 (77,55)	9,76	15,38 (8,30)	9,03	10,76 (5,80)	13,58	9,99 (5,38)	25,20	4,22 (2,27)	28,75	1,15 (0,62)	13,63
Pindamonhangaba	44,06 (80,57)	4,73	19,35 (6,71)	6,83	17,20 (5,97)	13,37	10,74 (3,72)	21,54	7,52 (2,61)	38,63	1,07 (0,37)	14,86
Guaratinguetá	27,82 (72,37)	2,41	15,53 (5,93)	3,34	22,96 (8,78)	10,29	23,29 (8,90)	24,75	6,46 (2,46)	16,24	3,87 (1,47)	42,89
Parnaíba	32,65 (72,17)	2,84	19,51 (8,05)	5,26	15,53 (6,40)	8,03	20,71 (8,55)	25,97	4,78 (1,96)	13,57	6,76 (2,79)	44,26
Juqueri	74,25 (83,09)	20,53	11,88 (7,78)	18,41	5,94 (3,88)	15,48	7,92 (5,18)	45,53	— —	—	— —	—
Mogi-Mirim	61,62 (76,84)	14,74	14,37 (8,67)	9,59	13,68 (8,25)	19,87	8,21 (4,95)	24,44	0,68 (0,41)	4,40	1,36 (0,82)	26,90
Mogi-Guaçu	38,24 (59,96)	5,02	17,43 (8,56)	3,62	16,77 (11,90)	11,32	15,42 (10,94)	25,07	9,38 (6,65)	33,37	2,68 (1,90)	21,55
Santo Amaro	61,91 (75,83)	16,23	13,80 (8,74)	12,13	13,80 (8,75)	24,74	8,78 (5,56)	33,66	1,66 (1,05)	13,17	— —	—
Nazaré	61,08 (81,51)	14,33	10,41 (4,95)	8,66	13,19 (6,27)	21,48	14,57 (6,93)	51,33	0,69 (0,33)	4,13	— —	—
Ubatuba	41,33 (75,18)	6,81	17,30 (7,31)	6,52	17,30 (7,31)	13,89	19,21 (8,12)	43,75	2,88 (1,21)	12,01	1,92 (0,81)	16,96

a 94,32%. Estas são as maiores percentagens encontradas nesta faixa, correlatas com 15,35% da riqueza da localidade. Na faixa do mais elevado nível (local 500-1:000\$000) apenas 2,4% das famílias concentram 26,04% da riqueza declarada, ou, se compreendemos o conjunto das famílias, 0,58%. Nota-se também que as frações das unidades familiares correspondentes aos níveis de riqueza de 50-100\$000, de 100 a 200\$000 e 200-500\$000 são as mais baixas do quadro, seja se considerarmos somente as famílias com riqueza, como a totalidade das famílias. Taubaté, São Sebastião, Juqueri e Nazaré, entre as cidades mais pobres, apresentam também grandes disparidades: esta última com o índice de concentração de 0,60, observadas apenas as famílias com riqueza, e 0,81 considerada a totalidade de suas famílias, Juqueri com 0,67 e 0,78 como índices de concentração; Taubaté e São Sebastião com índices de 0,76 e 0,91 são localidades que concentram alta parcela de suas famílias na faixa de 0-50\$000, ou seja, variando de 81,51% a 85,65% da população total.

Em três cidades que reúnem maior parcela de riqueza no conjunto da capitania, encontramos a mais elevada faixa de riqueza (igual ou mais que 1:000\$000) associada às menores percentagens de população, seja considerando-se apenas a parte das famílias que possuem bens, como a totalidade delas: tais são as localidades de Santos, São Paulo e Itu.

Dentro das características gerais da desproporcionalidade na distribuição da riqueza, a freguesia de Mogi-Guaçu parece-nos a que apresenta uma estrutura de distribuição relativamente menos desarmoniosa, comparada com as demais localidades. Nesta freguesia, encontramos na faixa de 0-50\$000 somente 38,24% de suas famílias com riqueza (e 59,96% com referência ao número total), concentrando apenas 5,02% da riqueza; ou seja, a oitava entre as de menor parcela de população naquela faixa; enquanto que, na faixa dos níveis mais elevados, situa-se entre as cinco povoações que concentram menor parcela de riqueza (Guarulhos, Mogi das Cruzes, Pindamonhangaba, Ubatuba e Mogi-Guaçu).

Quais as categorias sociais e profissionais associadas às maiores fortunas declaradas? Na capital da capitania o mais alto nível de riqueza declarada foi de 28:000\$000, sem indicação da atividade profissional. Identificou o professor Afonso de E. Taunay, o declarante assim como outro, quanto à importância de 20:000\$000, como homens de negócio, o que equivale a atribuir a essa atividade profissional os mais altos níveis de riqueza na capital. Reunindo num mesmo grupo os homens de negócios e os mercadores, encontramos em São Paulo a riqueza média de 2:794\$500, e em Santos 1:951\$340, que representam os mais altos níveis de riqueza média constante nas declarações com indicação da atividade profissional. Para os vendedores e taberneiros, que se dedicavam ao pequeno comércio de varejo, a riqueza média é de 68\$300, para 24 famílias em Santos e 106\$640 para 18 na capital paulista. Com referência a outras categorias profissionais, as informações quanto à atividade profissional são mais escassas, principalmente em S. Paulo. Em ambas as cidades, a riqueza registrada para o cirurgião-mor foi de 1:600\$000. O clero secular apresenta em Santos a riqueza média de 600\$000 (10 pessoas), um meirinho da alfândega 150\$000 e o escrívão da Fazenda Real 100\$000. Quanto aos lavradores, temos anotações mais abundantes e precisas com referência à vila de Santos, pois em São Paulo não consta anotação alguma sobre esta atividade; pos-

sivelmente dela participariam as dezenas de famílias habitantes nos bairros mais distantes, que se igualizavam na categoria dos que nada possuíam. Em Santos, contudo, anotaram-se 102 lavradores cuja riqueza média é de 147\$430. As atividades artesanais, como veremos daqui a pouco, correlacionam-se a níveis baixos ou medianos de riqueza.

Os dados anteriores, apesar das deficiências dos registros, comprovam a ascendência dos homens de negócio e dos mercadores, no conjunto da riqueza declarada, nas localidades mais importantes quanto a este objeto. Acreditamos ser esta uma tendência geral nas localidades paulistas. O fenômeno explica-se pela importância da atividade comercial na capitania decadente.

Já nos referimos a um setor da produção paulista, o dos "sítios volantes" como uma das formas peculiares do cultivo do solo da capitania, à qual estavam afetos certa de 50% da sua população. Referimo-nos também à lavoura de subsistência, que garantia o abastecimento dos aglomerados urbanos, abastecimento precário, por certo, sujeito a recessos que geravam fases de fome.²² De modo geral, os níveis da produção agrícola deviam ajustar-se ao consumo próprio, com pequenos excedentes comercializados. "Apenas colhe cada um para seu sustento próprio, muito pouco sobeja para vender ao público", escrevia o Morgado de Mateus, "ninguém trata de aproveitar os efeitos do país, por cuja causa se acha o povo reduzido à mais lastimosa pobreza".²³ Desconhecemos o volume da produção da lavoura de subsistência, sobre a qual há carência completa de estatísticas. Muito pouco se devia produzir, além do necessário à família, pois para se juntar 200 alqueires de grãos, possivelmente de milho, feijão ou de farinha de mandioca, eram necessárias repetidas procuras.²⁴ Por meio de plantios mais ou menos compulsórios, à proporção dos recursos dos lavradores, o que se chamava "lançar roças",²⁵ as autoridades resolviam o problema do abastecimento alimentar das tropas, quando as circunstâncias o exigiam e obtinham deste modo maior oferta de grãos e sobretudo de farinha de mandioca. Ordinariamente, a alimentação dos paulistas reduzia-se à canjica e à carne seca sem sal.²⁶

Como atividade primária, havia ainda a exploração dos minerais preciosos. Proibida a extração do ouro em novos descobertos, restava apenas a exploração das lavras pobres do Paranapanema e do Apiaí, na própria capitania, preservadas aos particulares por causa do seu baixo rendimento. Juntamente com mais algum ouro que se introduzia das capitanias vizinhas, proporcionava cerca de 23.205 oitavas, no valor de 27:846\$000. As cifras são estimativas, como constam dos documentos oficiais, calculadas pela mé-

²² Ofício de 30-1-1768, *DI.* v. 23, p. 376.

²³ Ofício 13-8-1765. *DI.* v. 72, p. 70-1; 12-7-1768. *DI.* v. 19, p. 170; 31-11-1769. *DI.* v. 19, p. 397.

²⁴ Um alqueire, medida de capacidade, equivalia a 36 litros aproximadamente. Um alqueire de milho orçaria em 25,200 g; o de farinha de mandioca, 23,500 g. Equivalência aproximada: 84 sacas de milho e 78 de farinha de mandioca.

²⁵ Ofício de 3-7-1767. *DI.* v. 23, p. 173.

²⁶ Fonseca, Manuel (Pe.). *Padre Belchior de Pontes* (1752). Apud: Taunay, Afonso de E. op. cit. v. 1, parte 1. p. 95.

dia dos rendimentos do ouro nos anos da existência da Casa de Fundição em São Paulo, de 1751 a 1762.²⁷ Extinta neste último ano e só restabelecida em 1770, circulava na capitania, clandestinamente, algum ouro em pó.²⁸ Tabelado oficialmente o valor do ouro em 1\$200 a oitava, nos anos em estudo, circulava ao preço de mercado, superior àquele.

Com a reduzida exploração agrícola e a mineração das lavras pobres, a atividade comercial devia atrair a maior parcela dos investimentos. Com a construção do “caminho novo”, trafegado desde 1733, que estabeleceu a comunicação direta entre a capitania do Rio de Janeiro e as Minas Gerais, havia perdido o território paulista a função de área de passagem e de abastecimento do mercado próspero das minas gerais do ouro. As correntes mercantis, as mais prósperas da colônia, passavam a estimular a atividade econômica do Rio de Janeiro, que em 1763 elevava-se a capital, com foros de sede do vice-reino criado na mesma data. Outros fatores negativos pesavam sobre a vida econômica da capitania desde o primeiro século da colonização: a maior distância, comparada com centros exportadores do Nordeste, com referência aos consumidores europeus, dos nossos gêneros tropicais e as condições da geografia física da capitania, com suas terras férteis e extensas do interior separadas do litoral pelo paredão da Serra do Mar, de difícil acesso, enquanto que, na faixa estreita junto ao mar, as condições do solo e do clima não propiciavam uma atividade agrícola realmente fecunda. Lembremos ainda que a intensa obra de desbravamento por meio das bandeiras de caça ao índio e os descobrimentos de ouro haviam significado um depauperamento contínuo dos recursos da área paulista.

Beneficiava-se, contudo, a capitania, de sua excepcional posição geográfica, como área de irradiação e convergência das rotas que ligavam as partes meridionais da Colônia às Gerais e entre o litoral e as capitanias do Oeste remoto, Goiás e Mato Grosso.²⁹ As grandes rotas do comércio interior haviam sido criadas pelas explorações auríferas e estas continuavam a entretê-las, se bem que repercutissem o decréscimo do ritmo das explorações auríferas. Implicavam no aparelhamento de um sistema de centros de reabastecimento e de pouso que estimulou a prestação de serviços e de alguma produção local, tanto agrícola como artesanais, enfim de numerosas atividades subsidiárias. Nessas grandes correntes do comércio interior estão as sementes das fortunas que, ao tempo do governo do Morgado de Mateus, atraíam os capitais de maior vulto na capitania paulista.

A mais importante das rotas do comércio interno é a rota do mar. A principal e terrestre procedia nos campos de Viamão, no Rio Grande de São Pedro, com sua famosa feira de burros de Sorocaba, que entretinha variadas atividades conexas. Além da tropa de muares que sustenta todo o sistema de transporte de carga nas grandes vias, importavam-se do sul as manadas de gado vacum e cavalar destinadas sobretudo aos mercados do Rio de Janeiro e das Gerais. O negócio do gado era “o mais sólido”, o

²⁷ Ofício de 22-2-1769. *DI.* 19, p. 282; 10-5-1766, *DI.* v. 19, p. 288.

²⁸ Sobre a circulação do ouro em pó nas capitanias... *DI.* v. 42, p. 99.

²⁹ Ver Prado Júnior, Caio. O fator geográfico na formação e desenvolvimento de São Paulo. *Geografia*, v. 1, n. 3.

“mais limpo”, e “o maior que tem havido nesta capitania”, sendo também muito útil à Fazenda Real, pelos direitos de circulação que pagavam os animais nos registros ao longo do percurso. Contudo, o governador percebia os inconvenientes do grande número de fazendas de criação que se haviam desenvolvido ao longo do caminho para as Minas, seja quanto à atividade dos paulistas, como pela isenção dos impostos que incidiam sobre a circulação do gado obtido *in loco*. Ao nosso ver, o possível recesso poderia relacionar-se com a decadência das explorações auríferas, manifesta nas Gerais desde 1764. Não dispomos de dados que permitam avaliar quantitativamente o volume dos capitais diretamente implicados no comércio de importação do gado do sul, nos anos em estudo, ou verificar objetivamente um possível recesso. Pouco mais tarde, em 1769, passavam pelo registro de Curitiba, vindos do sul, 5.664 cavalos e éguas, 1.909 mulas e 2.147 reses, o que significava um capital aproximado de 56:000\$000.³⁰ Segundo a tradição recolhida por Vieira Bueno, que escreveu no século XIX, as primeiras fortunas que se haviam acumulado na capital paulista procediam do comércio do gado vindo do Sul.³¹

As rotas de comércio que abasteciam as minas do Mato Grosso e Goiás eram menos importantes e também decaíam, acompanhando o declínio de seus rendimentos. Pela via fluvial do Tietê, que levava a Mato Grosso, e pelo caminho terrestre de Goiás, por Parnaíba e Mogi-Guaçu, recebiam essas capitanias os escravos e as manufaturas importadas, o sal e alguns gêneros alimentícios de produção paulista.³²

Com o porto de Santos, os contatos comerciais eram insignificantes e irregulares. Sob o regime das frotas destinadas à Bahia e ao Rio de Janeiro, somente com licença especial de Lisboa podiam as embarcações tocar nesse porto. Impressionou-se o Morgado de Mateus com a reduzida atividade do seu porto, que se mantinha com as cargas de sal transportadas com espaços de meses em pequenos navios.³³ É possível que, nos anos anteriores, na acefalia da administração paulista, aportasse aí alguma embarcação clandestina.

Abolido em 1765 o sistema de frotas, ficou estabelecida a liberdade de navegação para o Brasil e de cabotagem, pelo alvará de 2 de junho de 1766; em 27 de junho do ano seguinte, deu-se a conhecer os seus termos à população paulista. Os capitães de navio, contudo, não viam interesse em freqüentar o porto de Santos, desalentados pela ausência de produtos de exportação. Nele embarcavam apenas um pouco de aguardente e alguns outros gêneros, “coisa muito limitada”, possivelmente produtos alimen-

³⁰ Relação dos animais que passaram pelo Registro de Curitiba vindos dos Rio Grande de S. Pedro do Sul. *DI*. v. 69, p. 254-6; ofício de 2-3-1766. *DI*. v. 72, p. 190; 5-1-1768, *DI*. v. 19, p. 45-6; 13-11-1769. *DI*. v. 19, p. 414-5.

³¹ Vieira Bueno, Francisco de Assis. *A cidade de São Paulo*. Apud Morse, Richard M. *De comunidade à metrópole. Biografia de São Paulo*. S. Paulo, 1954. p. 22.

³² Holanda, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro, 1945. p. 18-9; Andrada e Silva, Raul de et alii. *A evolução urbana em S. Paulo*. S. Paulo, 1955. p. 27-9. Sobre as funções da cidade de São Paulo quanto ao comércio e suas rotas ver Morse, Richard M. op. cit. cap. 1.

³³ Ofício de 2-2-1768, *DI*. v. 72, p. 190.

tícios da colheita local. Pagavam \$800 por lancha de pedra para servir de lastro. Em 1768 já chegavam ao porto, além do sal, pequenas cargas de manufaturas e de escravos. As mercadorias pagavam-se em ouro, único instrumento aceito de troca, norma que desfraudava a capitania de uma fração da mais preciosa parcela do seu meio circulante.³⁴ A maior parte das importações de manufaturas fazia-se por via do Rio de Janeiro, mantendo a tradição, apesar do ônus do percurso, que se avaliava em 660 km.³⁵

A rota de Santos é sobretudo a rota do sal, que se importava do Reino e transpunha a serra no ombro dos índios cargueiros. As condições em que se mantinha esta via, eram qualificadas, pelos contemporâneos, dentre as piores do mundo. O comércio do sal, monopólio da Coroa desde 1632, arrendava-se a particular sob contrato. Ao tempo em que iniciava seu governo, o Morgado de Mateus, em 1766, o negócio do sal pelo porto de Santos e vilas do litoral do Sul, abastecia a capitania de São Paulo e daí distribuía-se para as minas de Goiás e do Mato Grosso. O valor da mercadoria no conjunto das praças de importação orçava em 40:000\$000.³⁶ Esta quantia diz respeito ao sal importado da metrópole pelas vias legais, por meio dos contratos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. No cômputo total, o negócio envolvia capital maior, com a introdução do sal da Colônia procedente das explorações do Rio Grande do Norte e do Sergipe, de distribuição clandestina, cuja venda devia ficar confinada à área de sua produção. Além disso, o sal, mercadoria de alto valor comercial, seja o da Colônia com o da metrópole, foi sempre objeto de intensa especulação (até o advento do seu livre comércio em 1802), seja por meio das vendas irregulares, como das manobras dos fornecedores destinadas a criar artificialmente a limitação da oferta.³⁷

O negócio do gado, o do sal, o das manufaturas, o dos escravos constituíam os setores dos investimentos lucrativos que permitiam acumulação de capital. Resumindo esta situação, assim escrevia o Morgado de Mateus em 1766: "... exceto alguns filhos do Reino que traficam em pequeno negócio de panos, e sedas, e outras miudezas, pela maior parte fazendas estrangeiras; aqueles tropeiros que negociam em animais de Curitiba e Viamão; alguns paulistas que têm umas limitadas lavras em que fáiſcam algum ouro, tudo o mais vive miseravelmente".³⁸

Apesar da escassez dos rendimentos da maioria, a demanda de artigos manufaturados importados, com respeito à vestimenta, era estimulada pelo preconceito que a ligava à aparência e ao prestígio e à instituição generalizada das vendas a crédito. "O luxo dos vestidos", escrevia o Morgado de Mateus, "é desigual à possibilidade desta gente" ... "nesta terra as mulheres não ganham um pataca, custam os sapatos 4\$800, e para cima, trazem-nos todas da melhor seda, e pela rua" ... "os brancos vestem o

³⁴ Ofício de João Ferreira de Oliveira ao Morgado de Mateus, 9-7-1767. *DI*. v. 23, p. 388; 26-6-1767. v. 23, p. 196; 21-1-1768, *DI*. v. 19, p. 32 e 38-9.

³⁵ Ofício de 12-7-1768. *DI*. v. 19, p. 170; 22-2-1769. *DI*. v. 19, p. 284.

³⁶ Estrato dos rendimentos do cruzado do sal. *DI*. v. 19, p. 32-6; *DI*. v. 72, p. 69-70; 13-8-1765. v. 72, p. 69.

³⁷ Ellis, M. *O monopólio do sal no Estado do Brasil, 1631-1801*. São Paulo, 1956.

³⁸ Ofício de 13-12-1766. *DI*. v. 73, p. 89.

melhor veludo...” O recurso ao crédito, como instituição generalizada e com raríssimas cobranças judiciais, a soma de cabedais existente “em papéis que nunca se hão de arrecadar”,³⁹ põem em relevo o consenso quanto à manutenção do padrão de aparência, usufruído pelos grupos da mais elevada hierarquia social. O mesmo se pode dizer quanto aos escravos, pois sua utilização nas culturas de subsistência significava a diminuição dos limitados lucros dos seus proprietários. Nada produziam os homens e as mulheres, passavam a maior parte do tempo “deitados ou balançando na rede, ou cachimbando”,⁴⁰ no culto à ociosidade, como padrão do seu estamento.

As atividades artesanais reduzem-se às imprescindíveis. Os trabalhadores de ofícios mecânicos, da população livre, “mendigavam sem ter nada o que fazer”, nem havia estímulo à produção artesanal, pois, à base do trabalho escravo, custavam mais caro muitos artigos coloniais do que os importados; “exceto poucos mulatos que usam seus ofícios, todos os mais são senhores, ou escravos que servem àqueles senhores...”⁴¹

Estes condicionamentos culturais podem explicar porque a média de riqueza dos que exerciam certos ofícios manuais tem um nível relativamente baixo.

Riqueza média dos artesãos (S. Paulo, 1765)

Marceneiro	500\$000	Forneiro	100\$000
Cutileiro	350\$000	Alfaiate	63\$578
Caldeireiro	300\$000	Ferrador	50\$000
Ourives	300\$000	Ferreiro	25\$000
Pedreiro	290\$000	Sapateiro	50\$000
Carpinteiro	112\$169		

Os melhores aquinhoados quanto à riqueza média são os que trabalhavam em matérias-primas essenciais.⁴²

³⁹ São numerosos os depoimentos do Morgado de Mateus sobre o luxo e a ociosidade dos paulistas e das vendas a crédito. Ver ofício 3-11-1769. *DI*. v. 19, p. 397; 4-1-1766. *DI*. v. 72, p. 165; 24-12-1766. *DI*. v. 23, p. 33; 4-2-1768. *DI*. v. 23, p. 392-6.

⁴⁰ Ofício de 13-12-1766. *DI*. v. 73, p. 92.

⁴¹ Os paulistanos preferiram, por exemplo, os cobertores importados de Castela, muito mais baratos que os tecidos em Itu.

⁴² Como orientação quanto ao poder aquisitivo dos valores monetários mencionados neste trabalho, valemo-nos de elementos obtidos nos inventários e documentos da época:

“Um sítio na paragem de Itaberaba (S. Paulo) cercado de valos e o quintal, com casas de taipa de pião, cobertas de telha... com seus corredores, com portas e com fechaduras e janelas, com seus arvoredos de espinho e jaboticabeiras e além do quintal cobertas de telha, tem mais terras de fora do cercado...”

	180\$000
Um boi carreiro	4\$000
Uma vaca de cria	2\$560
Uma novilha	1\$600
Um cavalo manso	8\$000
Um tacho de cobre de 20 libras	6\$400
Um capote de pano grosso com muito uso	9\$100
Um prato fundo de estanho	\$160
Um escravo (média ponderada)	54\$220

(Inventários citados; *DI* v. 69, p. 233-6).

Ao tempo em que iniciava seu governo, o Morgado de Mateus, encontramos três padrões bem definidos de atividade econômica na capitania paulista: a economia de auto-subsistência familiar, a de subsistência propriamente dita e a exclusivamente mercantil. No conjunto da população, predomina a atividade rural, da qual, contudo, não se conhece a avaliação quantitativa, mas deduzimos dos comentários do governador os níveis ínfimos da sua produção. Uma fração muito grande da população, cerca de 50% de suas famílias e das pessoas, nada possuía; praticava uma economia de auto-subsistência familiar, bem caracterizada na lavoura dos "sítios volantes". Essas famílias viviam completamente à parte da economia de mercado, nômades, vagabundas e miseráveis, emigrando com a depredação da floresta. Outro setor da população, difícil de ser avaliado numericamente, mas que se supõe constituiu a maior fração da outra metade, praticava uma economia de subsistência para o abastecimento dos pequenos centros de população da capitania. Cada núcleo de população devia funcionar como pequeno ponto de convergência dos lavradores da sua área rural. Destes, conhecemos melhor os que abastecem a capital, um aglomerado de 1.500 habitantes, único sobre o qual dispomos de informação numérica. É um processo do qual participam os pobres e pequenos povoados da sua ampla circunscrição administrativa, entre os quais ganharam mais nome os humildes lavradores de Atibaia. Alcançam o povoado paulistano pelos caminhos locais e, é de se supor, a maioria utilizando apenas o transporte manual.

Dada a precariedade de informações sobre a atividade profissional na quase totalidade dos recenseamentos analisados, pouco conhecemos sobre o nível de riqueza dos que vivem da lavoura de subsistência. Temos notícia da sua muito baixa produtividade, muito pouco acima do indispensável à alimentação familiar. O limitadíssimo mercado interno define-se pelo volume de sua produção. Estagnada economicamente, a capitania e o seu contingente demográfico, podemos concluir pela pequena demanda no setor da população de baixa renda real, o que se reflete no baixo nível da riqueza declarada, que está associado a uma fração muito grande da população que a possui.

O terceiro setor, numericamente o menor, concentrava a maior parte da riqueza da capitania. Compunha-se dos mercadores e homens de negócio, cuja atividade essencial está nas operações mercantis; aproveitam-se das vantagens da situação excepcional da capitania, como centro de trocas de âmbito regional, dentro da Colônia, com base em mercadorias importadas de outras áreas. Não dispondo de produtos locais de alta rentabilidade no comércio exterior, a economia paulista tem seu fator dinâmico na participação dos setores lucrativos do comércio interno; a elevada riqueza média dos mercadores e homens de negócio é o reflexo dessa estrutura da formação local da riqueza, onde o setor primário encontrava-se estagnado e o setor secundário praticamente não tinha existência. Restritos em número, os mercadores e homens de negócio concentravam a maior parcela da riqueza local; fora dessa atividade, são muito raros os que compartilham dos altos escalões da riqueza local.

Graças às preocupações do Morgado de Mateus sobre a importância quantitativa dos fenômenos econômicos da capitania, podemos conhecer a significação quanto a valor monetário das principais correntes do comércio

inter-regional, das quais participava a capitania. Quase nada conhecemos sobre a técnica dos negócios, quais suas distinções no plano local e regional, a não ser com referência ao muar, que tem na feira de Sorocaba, estabelecida em 1750, o seu grande centro regional de trocas. O mais importante setor comercial é, sem dúvida, o dos negócios do gado, da grande rota comercial sul-norte da Colônia, que fundamentou as primeiras fortunas paulistas. Este é o setor que proporcionava maiores incentivos ao investimento. A demanda havia-se ampliado continuamente nos anos anteriores com a nova estrutura dos transportes exigida pela mineração e com as necessidades de abastecimento alimentar da enorme população que foi se concentrando nos núcleos de exploração aurífera, calculada em cerca de 300 mil pessoas nas Minas Gerais. Além disso, tratando-se de mercadoria que se transporta a si própria, seu comércio adaptava-se às grandes distâncias e seu alto valor comercial compensava os ônus do percurso. Este, o setor que mais induzia investimentos em outros tipos de atividades correlatas.

A rota leste-oeste, cuja cabeça está no Rio de Janeiro, a capital da Colônia, entronca-se com a rota do porto de Santos na área da capital paulista. É essencialmente uma rota de escravos, do sal e de produtos manufaturados, cujo valor comercial ajustava-se aos longos percursos terrestres e fluviais. A parcela menor nesse tráfego devia-se constituir de gêneros alimentícios, em consequência da produção local nas capitanias de Goiás e de Mato Grosso. Na capitania paulista a demanda de escravos e de manufaturas, apesar dos baixos níveis da renda real, é sustentada pelos padrões culturais da população.

A essência do processo de acumulação da riqueza consistia, de modo geral, na atribuição dos recursos disponíveis para manutenção do estoque de bens de produção, representado essencialmente pelos escravos, a fim de garantir o *status* e a manutenção dos níveis mínimos de produção rural e artesanal indispensáveis à coletividade.

A predominância do setor mercantil explica a relativa importância da riqueza declarada nas cidades favorecidas pela situação geográfica, na convergência ou no eixo das grandes vias internas: São Paulo, como ponto de convergência; Itu e Sorocaba, no caminho do gado; Parnaíba e Mogi-Guaçu, na estrada de Goiás; Guaratinguetá, no caminho do Rio de Janeiro; Santos, como porto de mar, cabeça do comércio do sal; outrora, como porto de comércio legal com a metrópole, pôde acumular nível relativamente importante de riqueza. São cidades "cabeças de estrada", locais de pouso, centros de aprovisionamento de negócios, com a função de pequenos mercados regionais ou de sua área, de maior ou menor amplitude.

São Paulo, a capital paulistana, distingue-se sob vários aspectos. O montante e o nível individual da sua riqueza declarada são superiores aos das demais localidades consideradas neste estudo. São Paulo detém pouco mais de 1/4 de toda a riqueza paulista declarada. Dentro da profunda decadência que afetava a capitania, o nível de riqueza de seus homens de negócio vem demonstrar que o pequeno aglomerado paulistano desfrutava de atividade comercial de certa importância no cenário da capitania. Esta verificação nos permite recuar cerca de um século, o momento histórico no qual já se podem perceber os germes do desenvolvimento da capital paulistana. A opinião tradicional o coloca mais ordinariamente na década dos 70 do século seguinte, quando se fazem sentir sobre aquele núcleo urbano as

influências resultantes do desenvolvimento da produção cafeeira no oeste paulista e do porto de Santos. Os dados revelados quanto às fortunas declaradas em ambas as cidades permite-nos documentar um processo de acumulação de riqueza, que vinha de um passado muito mais distante, de uma fase de atividade essencialmente mercantil que precede a da acumulação da riqueza por meio de *plantation* destinada a produzir para exportação: primeiramente o açúcar, cuja produção, já em crescimento, foi estimulada pelas guerras napoleônicas e, em seguida, o café. Essa acumulação foi um dos fatores do êxito da grande lavoura comercial.

Costuma-se marcar a fase de decadência paulista a partir do advento do caminho novo, ou seja, cerca de 1733. A data tem significação relativa. A decadência paulista vinha do século XVI, quando a capitania deixou de participar da corrente de exportação para a metrópole e apenas se entrosava na economia açucareira como fornecedora de mão-de-obra indígena, de preço muito inferior à africana. Da grande decadência geral do século XVII, manifesta desde 1624, que caracteriza a economia brasileira, São Paulo despertou primeiro, com os seus descobridores de ouro e a participação no abastecimento das minas gerais, a mais rica área de exploração aurífera. A fase durou quase meio século, aproximadamente de 1690 a 1733; em seguida, a área paulista votou-se ao recesso econômico. Conhecemos mal o processo desse retorno à decadência, sobre o qual carecem elementos quantitativos. As declarações sobre a riqueza aqui analisadas permitiram distinguir a relativa vitalidade do setor mercantil, como o fator dinâmico dessa economia de decadência.

O eixo econômico da capitania, assim como o da cidade de São Paulo, está voltado para o sul, para o caminho de Sorocaba que conduz aos negócios do gado do Viamão, base de muitas fortunas paulistas coloniais. Não nos esqueçamos de que a rota de Santos é ainda uma rota de transporte manual, à custa do índio, que trabalha com fretes muito baixos. A escassez do seu tráfego não propiciava ainda investimentos em meios de comunicação e transportes de maior rendimento econômico, qual seja a tropa de burros e sua via adequada, o que somente se dá quando se desenvolve a exportação do açúcar. A capital paulistana, aliás toda a capitania, está voltada para dentro, articulada para o interior, de onde emanam as correntes de sua riqueza.

OBRAS DIDÁTICAS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Entre os lançamentos e reedições da Fundação Getulio Vargas, contam-se várias obras de caráter didático, interessando a professores e estudantes, como se pode verificar pela relação seguinte:

O Processo Didático — Irene Estevão de Oliveira

Comunicação em Prosa Moderna — Othon M. Garcia

Base de Português — Rocha Lima

Matemática (2.º ciclo) — Thales Mello Carvalho

No Passado da Matemática — Hélio Fontes

Medidas de Grandezas Físicas (2.º ciclo) — Paulo Pereira Muniz

Caderno de Aritmética — Problemas e Exercícios de Aritmética (Admissão)
— Amaury Pereira Muniz

Problemas e Exercícios de Terminologia (2.º ciclo) — Paulo Pereira Muniz

Iniciação à Matemática (Admissão) — Amaury Pereira Muniz

Introdução aos Estudos Sociais (2.º ciclo) — Irene Mello Carvalho

O Ensino por Unidades Didáticas (2.º ciclo) — Irene Mello Carvalho

Ciências Sociais para Colégios (1.º ciclo) — Luiz D. Martins

Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa e Regência Verbal — Arthur
de Almeida Torres

O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa (2.º ciclo) — Luiz Carlos
Lessa

América Latina — Seus Aspectos, Sua História, Seus Problemas — Luiz
Souza Gomes

Introdução à Psicologia das Relações Humanas — Irene Mello Carvalho

À venda nas boas livrarias. Pelo Reembolso Postal, escreva para a **Fundação Getulio Vargas**, Praia de Botafogo 188, Caixa Postal 21.120, ZC-05, Rio, GB.